



dra numa linha crítica sobre o SCNB<sup>78</sup>; aquele que introduziu modificações na metodologia de cálculo sem alterar a estrutura do sistema<sup>79</sup>; o artigo de C. Cavalcante<sup>80</sup>, que questiona o método adotado pela FGV a partir de dados relativos ao Nordeste computados pela SUDENE; os comentários feitos por W. Suzigan<sup>81</sup> ao documento da FGV de 1972 que muda alguns pontos da metodologia do SCNB-62; o da resposta e esclarecimentos feitos por R. M. Zerkowski<sup>82</sup> aos comentários de W. Suzigan; o do exame efetuado por P. R. Haddad<sup>83</sup> quanto ao método para um sistema de contas em distintas regiões; as publicações da FGV tratando de revisões metodológicas e atualização de estimativas<sup>84</sup>; e os trabalhos desenvolvidos pela SUDENE<sup>85</sup>.

- 78/ BACHAR, L. Edmar. Algumas dificuldades de interpretação de interpretação dos dados sobre a indústria de transformação nas Contas Nacionais. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 1 (2), Dez/1971.
- 79/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas Nacionais do Brasil - Conceitos/ e Metodologia. IBRE, Rio de Janeiro, 1972.
- 80/ CAVALCANTE, Clóvis. Uma avaliação das estimativas de renda e produto do Brasil. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 2 (2), Dez/1972.
- 81/ SUZIGAN, W.. Contas Nacionais do Brasil, Conceitos e Metodologia . In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 3 (2), Jun/1973.
- 82/ ZERKOWSKI, R. M.. Contas Nacionais do Brasil - Conceitos e Metodologia. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 4 (1), Fev/1974.
- 83/ HADDAD, R. P.. Contas Sociais e modelos de determinação de Renda Regional. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 4 (1), Fev/1974.
- 84/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Evolução da estrutura da economia brasileira na visão das Contas Nacionais. In: Conjuntura Econômica. / IBRE, Rio de Janeiro, 32 (11), Nov/1977.
- \_\_\_\_\_. Contas Nacionais. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, Dez/1979.
- 85/ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Contas Nacionais do Brasil - Atualização. SUDENE, Recife, 1978.
- \_\_\_\_\_. Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público no Nordeste do Brasil 1960 - 75. SUDENE, Recife, 1979.
- \_\_\_\_\_. Aspectos críticos principais no Sistema/ de Contas Nacionais do Brasil. SUDENE, Recife, 1979.
- \_\_\_\_\_. Produto e Formação Bruta de Capital Fixo , Nordeste do Brasil, 1965 - 77. SUDENE, Recife, 1979.

Para a década de 1980, foi selecionado para efeito de registro algumas publicações. Pela FGV temos a divulgação: dos agregados das Contas Nacionais no período de 1965 a 1980<sup>86</sup>; de revisões metodológicas e atualizações das estatísticas<sup>87</sup>; de uma nova mudança na estrutura do sistema de contas que implicou no atual SCNB-87<sup>88</sup>; e na conjuntura econômica de Jun/1990, temos a publicação desta versão atual com os dados revisados e atualizados para 1988<sup>89</sup>. A SUDENE nos anos 80, efetuou alguns estudos sobre o produto e a formação de capital do Nordeste para vários períodos<sup>90</sup>. Como contribuição para a metodologia do SCNB, notificamos o estudo de Contador e Dos Santos<sup>91</sup>, que propõe o cálculo do PIB a nível trimestral no Brasil.

- 86/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas Nacionais e Parâmetros da Economia Brasileira. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, 35 (2), Fev/1981.
- 87/ \_\_\_\_\_ . Contas Nacionais. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, 38 (6), Jun/1984.
- \_\_\_\_\_ . Contas Nacionais do Brasil - Metodologia e Tabelas Estatísticas. IBRE, Rio de Janeiro, 1984.
- 88/ \_\_\_\_\_ . Contas Nacionais: 1975 - 1980. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, 41 (5), Mai/1987.
- 89/ \_\_\_\_\_ . Contas Nacionais - revisão e atualização para 1988. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, 44 (6), Jun/1990.
- 90/ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Produto e Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público, Nordeste do Brasil, 1960 - 79, SUDENE, Recife, 1980.
- \_\_\_\_\_ . Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público no Nordeste do Brasil, 1960 - 77. SUDENE, Recife, 1980.
- \_\_\_\_\_ . Produto e Formação Bruta de Capital Fixo, Nordeste do Brasil, 1965 - 81. SUDENE, Recife, 1982.
- \_\_\_\_\_ . Formação Bruta de Capital Fixo do Setor Público; Nordeste do Brasil, 1960 -80. SUDENE, Recife, 1983.
- \_\_\_\_\_ . Produto e Formação Bruta de Capital fixo do Setor Público, Nordeste do Brasil, 1965 - 81. SUDENE, Recife, 1983.
- 91/ CONTADOR, R. C. & DOS SANTOS, A. C. W.. Produto Interno Bruto / trimestral: bases metodológicas e estimativas. In: Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA, Rio de Janeiro, 17 (3), Dez/1987.

## 2.2 Versões Estruturais

Ao longo do processo de construção e evolução das Contas Nacionais do Brasil, verificou-se até então a existência de três estruturas de articulação das contas, as quais serão apresentadas alguns aspectos das versões do SCNB.

### 2.2.1 Sistema de Contas Nacionais de 1956: SCNB-56

A primeira versão das Contas Nacionais do Brasil a nível de conceitos e estrutura é bem próxima do SCN-52 da ONU. Conceitualmente o sistema de contas privilegiou as medidas do Produto, Renda e Dispendio, e, no aspecto estrutural foi ajustado ao padrão proposto pelas Nações Unidas. As diferenças existentes ou eram de natureza meramente terminológica, ou então pela inexistência no país de certas estatísticas primárias. O estreitamento das ligações entre os conceitos e a estrutura das Contas Nacionais em uma economia de mercado, pode ser destacado nas citações a seguir<sup>92</sup>:

" A economia nacional em seu conjunto pode ser esquematicamente representada por um circuito. As empresas congregando fatores de produção geram, durante determinado tempo, um certo volume de bens e serviços (Produto). Este volume de bens e serviços tem um certo valor de mercado, que corresponde às remunerações que foi preciso pagar aos fatores de produção (Renda) que participam da sua elaboração. De posse destas remunerações, os fatores candidatam-se à aquisição (Despesa) do volume de bens e serviços gerado pelas empresas. "

" Partindo, portanto, da idéia que as variáveis globais podem ser consideradas sob três ângulos isto é, como a soma de rendimentos, de dispêndios e de produtos e serviços, segue-se que as estatísticas podem ser apresentadas sob a forma de contas balanceadas. Uma extensão natural deste método de apresentação consiste em construir quadros de dupla entrada ou contas articuladas, sintetizando as transações de grupos ou entidades dentro da Economia. "

Como a economia é composta de agentes econômicos que atuam de forma interdependente, as Contas Nacionais é uma representação esquemática porém completa da atividade econômica do país segundo a contabilidade das partidas dobradas.

A estrutura do SCNB-56 se constitui de 23 categorias de transações que estão distribuídas entre as 6 contas

92/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Sistema de Contas Nacionais do Brasil. In: Revista Brasileira de Economia. FGV, Rio de Janeiro, Ano 10, nº 4, p. 7, Dez/1956.

básicas: Conta do Produto Interno, Conta da Renda Nacional, Conta Consolidada de Capital, Conta dos Consumidores, Conta / do Governo e Conta de Transações com o Exterior. Um aspecto importante que diferencia este sistema de contas com o SCN-52, é a não existência das Contas de Conciliação de Capital nas contas dos Consumidores, do Governo e de Transações com o Exterior, as quais registram apenas as transações correntes. Este fato implica em não considerar na contabilidade, os fluxos financeiros associados ao processo de formação de capital da economia. Uma outra distinção passa pela nomenclatura de contas, diferindo apenas na terminologia da Conta Consolidada de Capital, em vez de Formação Interna do Capital, e, na Conta / dos Consumidores no lugar de Conta das Unidades Familiares e Instituições Privadas sem fins lucrativos.

A caracterização das contas do SCNB-56 se restringe aos seguintes aspectos:

1. **Conta do Produto Interno.** Esta conta se caracteriza pelo registro da produção global da economia. Em débito se contabiliza o somatório dos valores adicionados que se traduz no PIBcf, e este somado aos tributos indiretos líquidos se obtém o valor do PIBpm. Em crédito, os registros se compõem dos distintos tipos de dispêndios feitos pelas entidades, que quando somados se obtém o 'valor global da produção' e subtraindo as importações de mercadorias e serviços empresariais chega-se a DIB (Despesa Interna Bruta). Esta variável corresponde a interpretação do PIB do ponto de vista de sua utilização.
2. **Conta da Renda Nacional.** Trata-se da conta que representa o rendimento gerado pela economia. No débito, são contabilizadas as várias formas de remunerações de fatores de produção que pela ótica das empresas correspondem aos custos de fatores, obtendo-se assim o total da Renda Nacional. No crédito, temos o PNEcf que significa o volume dos dispêndios efetuados nos pagamentos de fatores nacionais.
3. **Conta Consolidada de Capital.** Esta conta traduz a formação de capital da economia. Em débito, se registra o montante das inversões realizadas durante a gestão, o qual se configura na formação interna bruta de capital fixo e variação de estoques, sendo então obtido o valor do investimento bruto, que corresponde a uma parte da produção corrente empregada na manutenção e no acréscimo do estoque de bens de produção da economia. Em crédito, temos as fontes de financiamento das inversões na economia. A poupança nacional bruta (interna e externa) sendo a parte residual do PNB não utilizada em gastos correntes, e, como a produção será na gestão econômica consumida ou investida, temos que, o fechamento contábil desta conta ocorre com a (des)poupança externa do país que corresponde ao saldo do Balanço de Pa-

gamentos em Conta Corrente<sup>93</sup>.

4. **Conta dos Consumidores.** Esta conta se configura no registro em crédito, das várias formas de rendas produtivas (salário, lucro, juros, aluguéis, agrícola e renda paga ao exterior) e não produtiva (transferências) recebidas pelas famílias e instituições privadas sem fins lucrativos. Assim, o total do crédito define o valor da RP (Renda Pessoal). Já em débito, temos as despesas com consumo pessoal mais tributos diretos e o valor residual da poupança pessoal, chegando-se / então ao montante da DP (Despesa Pessoal).
5. **Conta do Governo.** Nesta conta se contabilizam as receitas e despesas da administração direta nas três esferas governamentais: Federal, Estadual e Municipal. A administração indireta é considerada para efeito de Contas Nacionais como empresas privadas, sendo então consolidada na Conta do Produto Interno. Em crédito são registrados as receitas correntes do setor público como juros, aluguéis e tributos, e, em débito, temos as despesas correntes distribuídas em consumo, subsídios, transferências para as famílias e o valor residual da poupança do governo.
6. **Conta de Transações com o Exterior.** Esta conta apresenta de forma compacta o posicionamento do país com o Resto do Mundo, e, no confronto com as demais contas, permite diagnosticar a capacidade de autofinanciamento de sua atividade econômica. Assim, temos em débito, as receitas correntes do exterior com o valor das exportações de mercadorias e serviços empresariais e com a renda de fatores obtida junto ao exterior, e, em crédito, a utilização das receitas correntes de transações com o exterior com as importações de mercadorias e serviços empresariais, bem como o resíduo referente ao valor da (des)poupança externa denominada de saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente.

A apresentação esquemática do SCNB-56, pode ser vista nas publicações FGV<sup>94</sup> e em Rossetti<sup>95</sup>.

#### 2.2.2 Sistema de Contas Nacionais de 1962: SCNB-62

Na fase de aperfeiçoamento do SCNB, o Centro de Contas Nacionais da FGV, passou a discutir novas metodologias

93/ As interpretações dos valores ' positivo ou negativo ' da (des)poupança externa, já foram apresentadas nas páginas 7

94/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Op. cit.

95/ ROSSETTI, J. P., Op. cit.

de cálculos de variáveis agregativas, as disponibilidades de dados estatísticos e a adaptação da estrutura teórica preconizada pela ONU com o estágio da economia brasileira. Neste sentido, desenvolveu-se um extenso programa de revisão no SCNB-56, o qual ficou atrelado a conjugação de alguns aspectos, como: ao aprimoramento do sistema de contas quanto a intensificação na captação da realidade econômica do Brasil; na sua adequação com relação as recomendações conceituais da ONU; da própria necessidade de ajuste da Contas Nacionais com a natureza e disponibilidade de dados primários; e nas mudanças de bases conceituais a nível interno de cada conta e em suas principais expressões agregadas.

A composição estrutural do SCNB-62<sup>96</sup> envolve 5 contas que articulamos 17 categorias de transações. As contas estão definidas com as seguintes terminologias: Conta de Produção, Conta de Apropriação, Conta Corrente do Governo, Conta Consolidada de Capital e Conta de Transações com o Exterior. Além do número de contas e transações as distinções com o SCN-52 passam: pela Conta de Produção com a desagregação do PILcf por setores da economia e o registro do valor da depreciação / do capital fixo; na inexistência das Contas de Conciliação de Capital; pela natureza da Conta de Apropriação, que representa uma composição da Conta da Renda Nacional com a Conta Corrente das Unidades Familiares e Instituições Privadas sem fins lucrativos do SCN-52; e na consolidação das transações de capital / em uma única conta.

Vejamos agora a apresentação de alguns aspectos de cada uma das contas do SCNB-62:

1. **Conta de Produção.** Esta conta sendo a consolidação das contas de produção das empresas, ela é confeccionada de modo a demonstrar a identidade entre a Oferta Final e Demanda Final. No débito, temos a oferta final de bens e serviços gerada pela atividade produtiva interna e pelas importações de mercadorias e serviços empresariais, e, no crédito, temos a demanda final de bens e serviços configurada nos diferentes tipos de gastos das entidades, incluindo-se as exportações / de mercadorias e serviços empresariais.
2. **Conta de Apropriação.** Nesta conta fica registrado em crédito, a fonte de recurso corrente que é dirigida aos fatores produtivos internos (Renda Interna), mais as transferências correntes do Governo para as demais entidades, obtendo-se então o total da receita do setor privado. Já em débito, ela apresenta os vários tipos de dispêndios correntes das entidades e a poupança líquida do setor privado, resultando

96/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS; Contas Nacionais do Brasil: 1947-1961. In: Revista Brasileira de Economia. IBRE, Rio de Janeiro, Ano 16, nº 1, Mar/1962.

no total da despesa do setor privado da economia.

3. **Conta Corrente do Governo.** Trata-se da conta que consolida as receitas e despesas correntes das instituições governamentais da administração direta a nível federal, estadual e municipal. Assim, temos em crédito a arrecadação tributária e as outras receitas correntes, e, no débito, os gastos do setor público com consumo, subsídios e transferências, e, o valor de sua poupança.
4. **Conta Consolidada de Capital.** Esta conta resume a incorporação do capital produtivo na economia. Em débito se contabiliza o total da formação bruta de capital (investimentos líquidos e de reposição mais a variação de estoques), e, no crédito, o total de recursos para a formação de capital através de sua poupança interna (do setor privado e governo e a depreciação) e / externa (saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente).
5. **Conta de Transações com o Exterior.** Registra-se nesta conta de forma sintética, os fluxos de mercadorias e serviços empresariais e serviços de fatores do país com o exterior. No crédito, temos as importações e a RLEvEx e no débito as exportações e o saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente.

O esquema contábil do SCNB-62 pode ser visto nas seguintes fontes: FGV<sup>97</sup>, Rossetti<sup>98</sup> e Figueiredo<sup>99</sup>.

### 2.2.3 Sistema de Contas Nacionais de 1987: SCNB-87

A mais recente estrutura das Contas Nacionais do Brasil, foi divulgada em 1987 pela FGV<sup>100</sup>. Com o propósito de se aproximar da recomendação vigente de normalização internacional, esta versão foi estruturada através de 4 Contas Consolidadas para a Nação, as quais articulam as 14 categorias de transações. As denominações de cada conta são: Produto Interno Bruto, Renda Nacional Disponível Bruta, Conta de Capital e Transações Correntes com o Resto do Mundo.

Uma maior desagregação em algumas transações evidencia a inovação do SCNB-87 em relação as versões anteriores. Na conta de Produto Interno Bruto temos a discriminação da renda dos empregados e do excedente operacional bruto, a conta de Renda Na-

97/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1962), Op. cit..

98/ ROSSETTI, J. P., Op. cit..

99/ FIGUEIREDO, F. O., Introdução à Contabilidade Nacional. Ed. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1978.

\_\_\_\_\_. Metodologia de Contas Nacionais. Ed. forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1980.

100/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas Nacionais. In: Conjuntura / Econômica. IBRE, Rio de Janeiro, 41 (5), Mai/1987.

cional Disponível Bruta registra separadamente os rendimentos recebidos do Resto do Mundo pelos empregados e por outras formas de aquisição, e, a Conta de Capital que especifica a formação bruta de capital fixo do setor privado e do governo a nível de construção e de equipamentos. A questão da não existência das Contas de Conciliação de Capital fica pendente nesta estrutura de Contas Nacionais, as transações de capital estão contabilizadas na própria/Conta de Capital.

Com a exposição do esquema contábil do SCNB-87, fica dispensável a explicação de cada conta.

### 1. Produto Interno Bruto

Débito	Crédito
1.1 Produto interno bruto, a custo de fatores:(2.4) 1.1.1 Remuneração dos empregados:(2.4.1) 1.1.2 Excedente operacional bruto:(2.4.2)	1.4 Consumo final das famílias: (2.1) 1.5 Consumo final das administrações públicas:(2.2) 1.6 Formação bruta de capital / fixo:(3.1)
1.2 Tributos indiretos:(2.7)	1.7 Variação de estoques:(3.2)
1.3 Menos: subsídios:(2.8)	1.8 Exportação de bens e serviços:(4.1) 1.9 Menos: importação de bens e serviços:(4.5)
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>Dispêndio correspondente ao Produto Interno Bruto</b>

### 2. Renda Nacional Disponível Bruta

Débito	Crédito
2.1 Consumo final das famílias : (1.4) 2.2 Consumo final das administrações públicas:(1.5) 2.3 Poupança bruta:(3.3)	2.4 Produto interno bruto, a / custo de fatores:(1.1) 2.4.1 Remuneração dos empregados:(1.1.1) 2.4.2 Excedente operacional bruto:(1.1.2) 2.5 Remuneração de empregados, / líquida, recebida do resto do mundo:(4.2 - 4.6) 2.6 Outros rendimentos, líquidos, recebidos do resto do mundo:(4.3 - 4.7) 2.7 Tributos indiretos:(1.2) 2.8 Menos: subsídios:(1.3) 2.9 Transf. Unilaterais, liq., recebidas do RM:(4.4 - 4.8)
<b>Utilização da renda nacional disponível bruta</b>	<b>Apropriação da renda nacional disponível bruta</b>

## 3. Conta de Capital

Débito	Crédito
3.1 Formação bruta de capital fixo:(1.6) 3.1.1 Construção 3.1.1.1 Administrações/públicas 3.1.1.2 Empresas e famílias 3.1.2 Máquinas e equipamentos 3.1.2.1 Administrações/públicas 3.1.2.2 Empresas e famílias 3.1.3 Outros 3.2 Variação de estoques:(1.7)	3.3 Poupança bruta:(2.3) 3.4 Menos: Saldo em transações correntes com o resto do mundo:(4.9)
Acumulação bruta interna	Financiamento da acumulação bruta interna

## 4. Transações Correntes com o Resto do Mundo

Débito	Crédito
4.1 Exportação de bens e serviços :1.8) 4.2 Remuneração de empregados recebida do resto do mundo:(2.5 + 4.6) 4.3 Outros rendimentos recebidos/do resto do mundo:(2.6 + 4.7) 4.4 Transf. unilaterais recebidas do resto do mundo:(2.9 + 4.8)	4.5 Importação de bens e serviços:(1.9) 4.6 Remuneração de empregados paga ao resto do mundo:(4.2 - 2.5) 4.7 Outros rend. pagos ao / resto do mundo:(4.3 -2.6) 4.8 Transf. unilaterais pag. ao resto do mundo:(4.4 - 2.9) 4.9 Saldo das transações correntes com o resto do mundo:(3.4)
Recebimentos correntes	Utilização dos recebimentos correntes

Verifica-se que, enquanto esta estrutura desagrega algumas variáveis numa determinada ótica, não faz o mesmo com o PIBcf setorial, a poupança interna, bem como não apresenta a Conta Corrente do Governo. Estes dados estão consideradas apenas nas tabelas complementares ao sistema de contas. As informações sobre o PIBcf por ramo de atividade econômica, incluindo-se

a variável de imputação dos serviços de intermediação financeira, estão na tabela 6, e, a Conta Corrente das Administrações Públicas corresponde a tabela 8<sup>101</sup>.

Com a divulgação da versão do SCNB-87, se encerrou a participação da Fundação Getúlio Vargas na elaboração das Contas Nacionais do Brasil, pois a responsabilidade passou para o IBGE a partir de dezembro de 1986.

### 2.3 Instrumentação e Análise Econômica

O estudo das Contas Nacionais do Brasil em sua ótica contábil e de análise econômica, proporciona a compreensão de uma dada situação da economia brasileira no ano em consideração. Na ótica da contabilidade, serão listados 14 transações que se articulam nas 4 Contas Consolidadas para a Nação: Produto Interno Bruto, Renda Nacional Disponível Bruta, Conta de Capital e Transações com o Resto do Mundo. A análise de interações de variáveis inseridas nas funções econômicas de produção, consumo e acumulação, possibilita a apreensão de aspectos estruturais da economia. O tratamento analítico se limitará a fazer diagnósticos e interpretações econômicas do sistema de contas, pois o SCNB é publicado com as contas já consolidadas o que inviabiliza a análise com a introdução de políticas econômicas pelo fato da impossibilidade de montagem do sistema por fases: lançamentos por entidades, contas combinadas e contas consolidadas.

De acordo com os dados de 1988 publicados pela FGV<sup>102</sup>, serão contabilizados as seguintes transações econômicas.

Brasil	1988
Transações Econômicas	Cr\$ 10 <sup>9</sup> *
01. Produto interno bruto, a custo de fatores:(PIBcf).....	83,7
. Remuneração dos empregados:(Rs).....	***
. Excedente operacional bruto:(L).....	***
02. Consumo final das famílias:(Cf).....	56,2
03. Formação bruta de capital fixo:(I).....	20,0
. Construção:(Cs).....	13,6
. Administrações públicas:(Csg).....	2,2
. Empresas e famílias:(Csp).....	11,4
. Máquinas e equipamentos:(Eq).....	5,9
. Administrações públicas:(Eqg).....	0,5
. Empresas e famílias:(Eqp).....	5,4
. Outros:(Ot).....	0,5

101/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (1987), Op. cit..

102/ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Contas Nacionais - revisão e atualização para 1988. In: Conjuntura Econômica. IBRE, Rio de Janeiro 44 (6), Jun/1990.

04. Variação de estoques:(VE).....	**
05. Consumo final das administrações públicas:(Cg).....	11,1
06. Exportação de bens e serviços:(X).....	9,4
07. Importação de bens e serviços:(M).....	4,9
08. Remuneração de empregados, líquida, recebida do resto do mundo(8.1 - 8.2):(RsLRcEx).....	-0,028
8.1 Remuneração de empregados recebida do resto do mundo/ (8 + 8.2):(RsRcEx).....	0,002
8.2 Remuneração de empregados paga ao resto do mundo(8.1 - 8):(RsEvEx).....	0,03
09. Outros rendimentos, líquidos, recebidos do resto do mundo (9.1 - 9.2):(OrLRcEx).....	-3,4
9.1 Outros rendimentos recebidos do resto do mundo (9 + 9.2):(OrRcEx).....	0,3
9.2 Outros rendimentos pagos ao resto do mundo(9.1 - 9) : :(OrEvEx).....	3,7
10. Tributos indiretos:(Ti).....	9,2
11. Subsídios:(Sb).....	0,9
12. Transferências unilaterais, líquidas, recebidas do resto/ do mundo(12.1 -12.2):(TrLRcEx).....	0,02
12.1 Transferências unilaterais recebidas do resto do mundo(12 + 12.2):(TrRcEx).....	0,03
12.2 Transferências unilaterais pagas ao resto do mundo / (12.1 - 12):(TrEvEx).....	0,01
13. Poupança bruta:(S <sub>B</sub> ).....	21,1
14. Saldo em transações correntes com o resto do mundo = (des) poupança externa:(CC/BP=S <sub>x</sub> ).....	1,1

\* A divulgação dos valores foi feita ainda em NCz\$, porém, com o plano de estabilização do então governo a unidade monetária passou a ser medida em Cr\$, e, como não se alterou a sua paridade Cr\$ 1,00 =NCz\$ 1,00, os valores acima estão em Cr\$.

\*\* A partir de 1985 não foi até o momento estimada a variação de estoques.

\*\*\* Os valores dessas variáveis não constam na publicação.

#### .. Explicações das transações

! Os lançamentos contábeis desse sistema de contas já foram explicados no estudo das Contas " Standard ". Chama-se atenção apenas para a conta de Transações com o Resto do Mundo, pois sendo uma conta desta entidade, seus registros em débito (crédito) correspondem para o Brasil em receita (despesa).

## .. Montagem do Sistema de Contas Consolidadas para a Nação

Produto Interno Bruto			
D		C	
01.PIBcf	83,7	02.Cf	56,2
Rs	-	03.I	20,0
L	-	04.VE	-
10.Ti	9,2	05.Cg	11,1
11.Sb	-0,9	06.X	9,4
		07.M	-4,9
PIBpm	92,0	DIBpm	91,8

Renda Nacional Disponível Bruta			
D		C	
02.Cf	56,2	01.PIBcf	83,7
05.Cg	11,1	Rs	-
13.S <sub>B</sub>	21,1	L	-
		08.RsLRcEx	-0,028
		09.OrLRcEx	-3,4
		10.Ti	9,2
		11.Sb	-0,9
		12.TrLRcEx	0,02
URNDB*	88,4	ARNDB*	88,5

Transações com o Resto do Mundo			
D		C	
06.X	9,4	07.M	4,9
8.1 RsRcEx	0,002	8.2 RsEvEx	0,03
9.1 OrRcEx	0,3	9.2 OrEvEx	3,7
12.1 TrRcEx	0,03	12.2 TrEvEx	0,01
		14.CC/BP=Sx	1,1
RCEx**	9,7	URCEx**	9,7

Conta de Capital			
D		C	
03.I	20,0	13.S <sub>B</sub>	21,1
Cs	13,6	14.CC/BP=Sx	-1,1
Csg	2,2		
Csp	11,4		
Eq	5,9		
Eqg	0,5		
Eqp	5,4		
Ot	0,5		
04.VE	-		
I <sub>B</sub>	20,0	S <sub>BT</sub>	20,0

\* Apropriação e utilização da Renda Nacional Disponível Bruta.  
 \*\* Recebimento e utilização corrente de rendimentos do exterior.

## .. Registro da Matriz Consolidada para a Nação

Brasil					1988
D	1.Conta do PIB	2.Conta da RNDB	3.Conta de Cap.	4.Conta do RM	Total
C					
1.Conta PIB	-----	02.Cf 56,2 05.Cg 11,1	03.I 20 04.VE --	06.X 9,4 07.M -4,9	91,8
2.Conta da RNDB	01.PIBcf 83,7 10.Ti 9,2 11.Sb -0,9	-----		08.RsLRcEx -0,028 09.OrLRcEx -3,4 12.TrLRcEx 0,02	88,5
3.Conta Cap.		13.S <sub>B</sub> 21,1	-----	14.CC/BP = = Sx -1,1	20,0
4.Conta RM				-----	0,0
Total	92,0	88,4	20,0	0,0	-----

## .. Análise econômica

As Contas Nacionais do Brasil em 1988 apresentou as seguintes informações:

- Foi computado um valor de Cr\$ 92 bilhões para o PIBpm, que quando associado aos diversos fluxos de renda líquida com o exterior, gerou em termos brutos um RND de Cr\$ 88,5 bilhões. Desta renda, 63% e 13% foram gastos respectivamente em consumo familiar e governamental, restando os 24% para a formação interna de poupança bruta.
- Com relação ao Resto do Mundo, o Brasil apresentou no ano um superávit de Cr\$ 4,5 bilhões nos fluxos de comércio com bens e serviços empresariais, e, quando relacionado com os fluxos de renda líquida (empregado, outras formas de rendimentos e transferências), encerrou a gestão com um superávit corrente de Cr\$ 1,1 bilhões. O Brasil com esta posição favorável em seu comércio exterior, incorreu numa capitalização, enquanto que, o Resto do Mundo se descapitalizou em relação ao país<sup>102</sup>.
- A formação de capital fixo de Cr\$ 20 bilhões foi financiada apenas com a participação interna da economia, desde quando a poupança bruta foi de Cr\$ 21,1 bilhões, restando então um valor para a poupança externa do Brasil de Cr\$ 1,1 bilhões, a qual representa o investimento externo potencial<sup>103</sup>.

102/ A posição do comércio exterior é definida pelo saldo em Conta Corrente do Balanço de Pagamentos.

103/ Como as Contas Nacionais registra apenas o valor potencial do (des)investimento externo, pois o valor efetivo só é possível se obter com o saldo da Conta de Capital do Balanço de Pagamentos, fica inviável termos de forma definitiva a posição internacional do país.

Diante desta exposição, verifica-se através de uma análise estática que o Brasil fechou a gestão de 1988 com uma posição satisfatória, à medida em que o seu nível de acumulação interna apresentou uma capacidade de financiar seus investimentos, e, ainda gerou uma acumulação externa que pode ser interpretada, como uma disponibilidade financeira para efeito de investimento externo, ou para saldar compromissos com o movimento de capital entre o Brasil e o Resto do Mundo<sup>104</sup>.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim de interpretar a realidade e, se necessário, intervir através da política e programação econômica, o estudo das Contas Nacionais possibilita a investigação de categorias conceituais e das articulações do sistema. Assim sendo, este instrumental revela a sua importância na sistematização e análise macroeconômica, o que torna pertinente a colocação de Figueiredo<sup>105</sup>: " São os Sistemas de Contas Nacionais a versão empírica do marco de referência conceitual e metodológico que configura, pois o lastro para o raciocínio especulativo apoiado em informações de natureza quantitativa ".

Como o SCN é uma das ferramentas fundamentais da Contabilidade Social, e esta sendo encarada apenas como uma técnica abrangente de quantificação sistemática em unidades monetárias da atividade econômica, sua execução se faz através de mensurações e registros de um conjunto articulado de grandezas e variáveis definidas pela Ciência Econômica. Como tal, apesar de não se constituir, em si, uma ciência propriamente dita, a própria Contabilidade Social se baseia substancialmente nela, pois a conceituação das variáveis, as medidas e interpretações no contexto da atividade social de produção, estão submetidas a apreciações científicas e ideológicas segundo as formulações teóricas dessa Ciência. Neste contexto, a sua capacidade de captação do real através de instrumentos que viabilizam fotografar a economia por períodos regulares de tempo, fica influenciada basicamente pelas duas grandes correntes do pensamento econômico: Valor Trabalho e Valor Utilidade. Diante destas considerações, podemos deduzir a importância do relacionamento entre o tratamento teórico e empírico no estudo da Contabilidade Social e, em particular, das Contas Nacionais.

A associação entre o marco teórico e as característi

104/ Esta análise não representa a real posição do Brasil para o ano de 1988, pois se necessitaria de outros elementos de análise que estão contabilizados nos demais instrumentos da Contabilidade Social. Quanto a situação internacional da economia brasileira, a análise/completa exigiria o estudo dos fluxos correntes e de capital do Balanço de Pagamentos e do estoque da Dívida Externa.

105/ Figueiredo, F. O.. Metodologia de Contas Nacionais. Ed. Forence-/Universitária, Introdução, p. 17, Rio de Janeiro, 1980.

cas da produção, define os distintos referenciais para a quantificação econômica. Assim, a evolução das formulações metodológicas reflete as necessidades históricas de interpretação teórica da Ciência Econômica, / pois como afirma Figueiredo<sup>106</sup>, " são as modificações nas características de produção que colocam problemas novos a serem interpretados mediante utilização de ferramentas teóricas apropriadas às novas situações. ". Neste sentido as mudanças de estruturas produtivas, as formas de atuação e peso dos agentes sócio-econômicos, no particular as classes sociais, se evidencia o caráter ' ideológico ' das linhas de interpretação da economia, o que por sua vez influencia a produção de metodologia de mensuração e registro das variáveis econômicas.

A Contabilidade Social sob o impacto ideológico é também enfatizada por Delaunay, o qual se referindo a esta matéria no âmbito da economia capitalista, faz a seguinte colocação<sup>107</sup>: " Exprime formas novas da teoria capitalista e da sua ideologia, em função das alterações verificadas nas relações de produção. ". Como um sistema de representação que resulta de certa maneira em uma teoria do objeto representado, este autor dar ênfase na ' teorização implícita ' para explicar a linguagem e estrutura desse instrumental analítico, a qual passa por duas interpretações, a que se baseia numa corrente do pensamento econômico ou de um autor específico, e, a que se refere ao relacionamento com a teoria das relações de produção. A primeira, quando se associa certos pontos como os agregados macroeconômicos e as teses de desequilíbrio da economia com a teoria Keynesiana, bem como, quando se relaciona o algebrismo do ' equilíbrio geral ' gerado das Contas Nacionais com a Teoria Neoclássica. A associação destas duas teorias no estudo do SCN, é encarada por Figueiredo da seguinte maneira<sup>108</sup>, " a associação simultânea / dos Sistemas de Contas Nacionais com a Teoria Neoclássica e com a Teoria Keynesiana não constitui contradição em termos. Pelo contrário, o desequilíbrio pode ser encarado desde um ponto de vista de equilíbrio. " ; e ainda pelo fato de ambas teorias pertencerem ao universo ideológico que referenda a concepção do valor subjetivo, a qual faz parte da corrente do pensamento econômico do Valor Utilidade. A segunda, para Delaunay, é a que melhor apreende as referências teóricas do sistema econômico<sup>109</sup>, pois como considera a Contabilidade social parte da Economia Política, atrela a sua compreensão no relacionamento com as relações de

106/ FIGUEIREDO, F. O., (1980), Op. cit., p. 26 - 27.

107/ DELAUNAY, J. C.. Estudo Marxista sobre a Contabilidade Nacional. / Prelo Editora, Cap. VI, p. 168, Lisboa, 1975.

108/ FIGUEIREDO, F. O., (1980), Op. cit., Cap. 1, p. 35.

109/ Com a introdução da Teoria Neoclássica, esta terminologia foi substituído por Ciência Econômica de conotação neutra e a-histórica. Não obstante, os fatos sócio-políticos e econômicos obriga o desenvolvimento analítico do processo histórico das relações de produção.

produção, que especificamente no capitalismo, este autor expõe<sup>110</sup>, " a contabilidade nacional, na sua forma presente, só representa a realidade econômica e social nos esquemas e conceitos que correspondem à ideologias e interesses da classe dominante. ". Esta interpretação teórica, se enquadra no universo ideológico da concepção objetiva do valor, sendo referendada pela Teoria Clássica com o enfoque do Valor Trabalho.

Considerando que no processo histórico, os novos fatos objetivamente induz sob a influência da ideologia dominante, a necessidade de um desenvolvimento teórico novo, implica que no âmbito da quantificação e registro da atividade econômica, na produção de novas metodologias. Neste contexto, é possível discordar das tentativas de se vincular a Contabilidade Social como uma linguagem neutra, sendo apenas um sistema de representação da realidade econômica isenta de influências / ideológicas, e, com um elevado grau de autonomia no que tange ao processo sócio-histórico.

Nesta seção, foi abordado a Contabilidade Social através de considerações de referenciais teóricos e empíricos, bem como, o papel da ideologia na construção de metodologias com o fim de aplicação / empírica. A utilização conjunta de ambos referenciais, viabiliza uma maior consistência em termos de análise econômica, sendo por conseguinte, referendado por Stone quando coloca<sup>111</sup>, " as teorias úteis não podem ser desenvolvidas independentemente do que possa ser observado, do mesmo modo como os fatos úteis não podem ser estabelecidos sem qualquer respeito por considerações teóricas. ".

Com relação ao tratamento dado ao longo deste estudo, o seu propósito ficou restrito nas apresentações, exercitações e análises econômicas, das Contas Nacionais " Standard " e do Brasil. Quanto ao interesse de se aprofundar em questões apresentadas nesta seção, trata-se de assuntos para outro tipo de estudo.

<sup>110/</sup> DELAUNAY, J. C., Op. cit., Cap. VI, p. 177.

<sup>111/</sup> STONE, R. & STONE, G.. Sistemas de Contabilidade Social. Zahar Editora, Cap. VIII, p. 161, Rio de Janeiro, 1964.